

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	10
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	120.000
Preferenciais	0
Total	120.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,00180
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Dividendo	30/03/2017	Ordinária		0,05394
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Ordinária		0,00452
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Ordinária		0,00643
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2017	Juros sobre Capital Próprio	30/03/2017	Ordinária		0,00603
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Dividendo	10/04/2017	Ordinária		0,02555
Reunião do Conselho de Administração	10/04/2017	Juros sobre Capital Próprio	10/04/2017	Ordinária		0,00655

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	273.298	206.172	184.769
1.01	Ativo Circulante	62.164	71.511	89.699
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	53.364	63.086	80.961
1.01.03	Contas a Receber	7.237	7.019	6.962
1.01.03.01	Clientes	7.237	7.019	6.962
1.01.06	Tributos a Recuperar	183	77	51
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	183	77	51
1.01.07	Despesas Antecipadas	901	953	1.230
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	479	376	495
1.01.08.03	Outros	479	376	495
1.01.08.03.01	Outros créditos	479	376	495
1.02	Ativo Não Circulante	211.134	134.661	95.070
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.557	1.402	487
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.557	1.402	487
1.02.03	Imobilizado	6.783	5.428	1.857
1.02.04	Intangível	201.794	127.831	92.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	273.298	206.172	184.769
2.01	Passivo Circulante	68.836	47.056	45.490
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.241	2.767	1.866
2.01.02	Fornecedores	5.022	6.755	3.385
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.611	2.819	2.098
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.611	2.819	2.098
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	149	1.441	964
2.01.03.01.02	Imposto, taxas e contribuições a recolher	1.462	1.378	1.134
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.882	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.882	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	6.193	3.272	1.595
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	384	2.549	1.355
2.01.05.02	Outros	5.809	723	240
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.530	461	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	269	258	236
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	10	4	4
2.01.06	Provisões	50.887	31.443	36.546
2.01.06.02	Outras Provisões	50.887	31.443	36.546
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras	50.887	31.443	36.546
2.02	Passivo Não Circulante	60.863	35.421	49.282
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.393	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	47.393	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	2.292	1.972	248
2.02.02.02	Outros	2.292	1.972	248
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	2.292	1.972	248
2.02.04	Provisões	11.178	33.449	49.034
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16	26	0
2.02.04.02	Outras Provisões	11.162	33.423	49.034
2.02.04.02.04	Provisão para Construção de Obras	4.752	30.992	49.034

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	6.410	2.431	0
2.03	Patrimônio Líquido	143.599	123.695	89.997
2.03.01	Capital Social Realizado	120.000	120.000	84.000
2.03.01.01	Capital Social subscrito	120.000	120.000	120.000
2.03.01.02	Capital Social a realizar	0	0	-36.000
2.03.02	Reservas de Capital	139	103	49
2.03.02.04	Opções Outorgadas	139	103	49
2.03.04	Reservas de Lucros	23.460	3.592	5.948
2.03.04.01	Reserva Legal	5.271	3.351	1.158
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	18.189	241	4.790

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	213.848	164.883	66.362
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-142.352	-96.713	-28.370
3.03	Resultado Bruto	71.496	68.170	37.992
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.566	-13.108	-9.419
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.576	-13.045	-9.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10	-63	63
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.930	55.062	28.573
3.06	Resultado Financeiro	-3.502	8.424	6.490
3.06.01	Receitas Financeiras	2.992	11.017	6.959
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.494	-2.593	-469
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	56.428	63.486	35.063
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.017	-19.627	-11.898
3.08.01	Corrente	-19.172	-20.542	-12.385
3.08.02	Diferido	1.155	915	487
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.411	43.859	23.165
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.411	43.859	23.165
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,32009	0,36549	0,19304

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	38.411	43.859	23.165
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.411	43.859	23.165

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	37.380	34.742	24.689
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	80.978	75.251	38.285
6.01.01.01	Lucro líquido	38.411	43.859	23.165
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	7.143	3.833	1.445
6.01.01.03	Constituição de provisão para manutenção	8.712	2.431	0
6.01.01.04	Atualização monetária da provisão de construção de obras	5.046	1.995	0
6.01.01.05	Constituição de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	-22	59	0
6.01.01.06	Atualização monetária da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	12	3	0
6.01.01.07	Perda/baixa do ativo intangível	225	354	63
6.01.01.08	Tributos diferidos	-1.155	-915	-487
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	36	54	49
6.01.01.10	Obrigações com o Poder Concedente	3.171	2.988	1.653
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	10	48	12
6.01.01.12	Provisão para imposto de renda e contribuição social	19.172	20.542	12.385
6.01.01.13	Encargos Financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	217	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.598	-40.509	-13.596
6.01.02.01	Clientes	-228	-105	-6.974
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-106	-26	-51
6.01.02.03	Despesas antecipadas	52	277	-1.230
6.01.02.04	Outros créditos	-103	119	-495
6.01.02.05	Fornecedores	-1.733	3.370	3.385
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	474	901	1.866
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	84	244	1.134
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedor	-2.165	1.194	1.355
6.01.02.09	Outras contas a pagar	326	1.724	252
6.01.02.10	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	0	-36	0
6.01.02.11	Pagamento de construção de obras e manutenção	-16.575	-25.140	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social	-20.464	-20.065	-11.421
6.01.02.13	Pagamento de obrigações com o poder concedente	-3.160	-2.966	-1.417

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-82.686	-42.863	-10.511
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.482	-4.116	-1.923
6.02.02	Aquisição e intangível	-80.204	-38.747	-8.588
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	35.584	-9.754	66.783
6.03.01	Aporte de capital	0	36.000	84.000
6.03.02	Pagamento de dividendos	-13.474	-45.754	-17.217
6.03.04	Captação de empréstimos e financiamentos	49.058	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.722	-17.875	80.961
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	63.086	80.961	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	53.364	63.086	80.961

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.000	103	3.592	0	0	123.695
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.000	103	3.592	0	0	123.695
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	36	-217	-18.326	0	-18.507
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	36	0	0	0	36
5.04.06	Dividendos	0	0	-217	-9.539	0	-9.756
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.787	0	-8.787
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.411	0	38.411
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.411	0	38.411
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.085	-20.085	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.920	-1.920	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	18.165	-18.165	0	0
5.07	Saldos Finais	120.000	139	23.460	0	0	143.599

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	84.000	49	5.948	0	0	89.997
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	84.000	49	5.948	0	0	89.997
5.04	Transações de Capital com os Sócios	36.000	54	-2.356	-43.859	0	-10.161
5.04.01	Aumentos de Capital	36.000	0	0	0	0	36.000
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	54	0	0	0	54
5.04.06	Dividendos	0	0	-4.790	0	0	-4.790
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.404	0	-6.404
5.04.08	Reserva legal	0	0	2.193	-2.193	0	0
5.04.09	Constituição de reserva para dividendos	0	0	241	-241	0	0
5.04.10	Dividendos intermediários	0	0	0	-35.021	0	-35.021
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	43.859	0	43.859
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	43.859	0	43.859
5.07	Saldos Finais	120.000	103	3.592	0	0	123.695

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	49	5.948	-23.165	0	66.832
5.04.01	Aumentos de Capital	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	49	0	0	0	49
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.217	0	-17.217
5.04.08	Reserva legal	0	0	1.158	-1.158	0	0
5.04.09	Constituição de reserva para dividendos	0	0	4.790	-4.790	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.165	0	23.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.165	0	23.165
5.07	Saldos Finais	84.000	49	5.948	0	0	89.997

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	226.768	174.730	71.895
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	121.809	111.857	63.067
7.01.02	Outras Receitas	9.413	2.443	1.062
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	95.546	60.430	7.766
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-131.975	-89.108	-26.750
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-123.686	-80.953	-20.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.289	-8.155	-6.393
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.793	85.622	45.145
7.04	Retenções	-7.143	-3.833	-1.445
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.143	-3.833	-1.445
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.650	81.789	43.700
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.992	11.017	6.959
7.06.02	Receitas Financeiras	2.992	11.017	6.959
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	90.642	92.806	50.659
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	90.642	92.806	50.659
7.08.01	Pessoal	16.535	16.170	9.156
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.434	12.133	6.960
7.08.01.02	Benefícios	3.363	3.357	1.834
7.08.01.03	F.G.T.S.	738	680	362
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.949	29.474	17.432
7.08.02.01	Federais	22.807	23.799	14.239
7.08.02.03	Municipais	6.142	5.675	3.193
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.747	3.303	906
7.08.03.01	Juros	195	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	253	710	437
7.08.03.03	Outras	6.299	2.593	469
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.411	43.859	23.165
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.787	6.404	0
7.08.04.02	Dividendos	9.539	35.021	17.217

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.085	2.434	5.948

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Eco ponte (“Eco ponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Eco ponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Eco ponte agradece também a confiança dos seus acionistas diretos e indiretos, dos usuários, além dos fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 30.009 mil em 2017, crescimento de 4,1%, comparado ao exercício de 2016, influenciado pelo início da operação do Túnel Cafubá Charitas na cidade de Niterói, em maio de 2017, que melhorou o acesso à Ponte.

Em junho de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Eco ponte em 2,5% que refletiu o IPCA de 4,1% compensado pela antecipação de resultado de receitas acessórias da concessão que foi convertido em modicidade tarifária, conforme previsto em contrato.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$226,8 milhões em 2017, aumento de 29,8%, sendo influenciada, principalmente, pelas receitas acessórias e de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$12,9 milhões.

Receita de Pedágio – crescimento de 8,9%, comparado com 2016, decorrente do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento no tráfego de veículos.

Relatório da Administração

Receita Acessória – atingiu R\$9,4 milhões em 2017, principalmente devido ao crescimento na receita da faixa de domínio.

Receita de Construção – crescimento de 58,1%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$213,8 milhões em 2017, excluindo a receita de construção, a receita líquida Pró-forma foi de R\$118,3 milhões, crescimento de 13,3% em relação a 2016.

Para mais informações sobre a Receita, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 40,2% totalizaram R\$153,9 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$42,5 milhões, redução de 1,2%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$16,5 milhões em 2017, redução de 2,3% quando comparado com 2016, devido a otimização da estrutura administrativa.

Conservação e Manutenção: R\$4,8 milhões em 2017, manteve-se estável comparado a 2016.

Serviços de terceiros: R\$11,4 milhões em 2017, 5,2% superior a 2016, referente ao incremento nas despesas com ambulância e transporte de valores.

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$5,7 milhões em 2017, redução de 15,0%, principalmente, devido em 2016 a contratação de seguros para riscos diversos para as Olimpíadas, e locações de veículos leves.

Outros: R\$4,1 milhões em 2017, redução de 10,9%, influenciado pela compra de energia elétrica no mercado livre.

Depreciação e Amortização: R\$7,1 milhões em 2017, 86,4% superior a 2016, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

Provisão para Manutenção: atingiu R\$8,7 milhões em 2017, referente a provisão dos custos futuros com manutenção e reparação de pavimento, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$95,5 milhões em 2017, crescimento de 58,1% comparado com 2016, devido ao maior nível de obras contratuais.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$3,5 milhões, devido, principalmente, a menor receita de aplicação financeira reconhecida no período e, maior base de provisão para manutenção com reconhecimento do valor presente.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido no exercício de 2017 atingiu R\$38,4 milhões, comparado a R\$43,9 milhões em 2016, uma redução de 12,4%.

Relatório da Administração

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecoponte encerrou dezembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras de R\$53,4 milhões. A dívida bruta composta por empréstimos e financiamentos atingiu R\$49,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 96% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$268,7 mil.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecoponte totalizaram R\$99,3 milhões em 2017, com destaque para investimentos em elaborações de projetos e estudo de ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*"). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$161,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Ecoponte” ou “Companhia”), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), “Ponte Rio-Niterói”, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 01 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 13. As operações de cobrança de pedágio iniciaram em 01 de junho de 2015. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 19 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros.

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

Mensuração Subsequente

- *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2017 não houve indenizações relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros

Notas Explicativas

em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Normas, alterações e interpretações de normas

- i. As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	Até o momento, a Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS 15.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)	As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> , são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou <i>joint venture</i> .	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2	O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um

Notas Explicativas

Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.	impacto relevante nas demonstrações financeiras.
	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o

Notas Explicativas

padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 13.

5. Reclassificações efetuadas pela Administração da Companhia

A Administração da Companhia realizou a reclassificação de (R\$2.966) na Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 2016. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação da rubrica "Pagamento com Poder Concedente".

Notas Explicativas

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-	(2.966)	(2.966)
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(2.966)	2.966	-
	(2.966)	-	(2.966)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	5.528	1.940
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	40.726	60.888
Aplicações Compromissadas (b)	6.461	-
Aplicações automáticas (c)	649	258
Total	53.364	63.086

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário, 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira e 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (Em 31 de dezembro de 2016 era 100,7%).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissada são remuneradas à taxa de 80,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas à curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico (a)	4.975	6.923
Receitas acessórias (b)	2.332	156
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(70)	(60)
(c)		
	7.237	7.019

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

Notas Explicativas

- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	5.439	7.019
Vencidos:		
Até 30 dias	212	-
De 31 a 60 dias	123	-
De 61 a 90 dias	1.463	-
De 90 a 120 dias	-	-
Acima de 120 dias	70	60
	<u>7.307</u>	<u>7.079</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	60	12
Valores recuperados no exercício	(22)	(1)
Constituição de PECLD no exercício	32	49
	<u>70</u>	<u>60</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual				
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
11,77	2.407	1371	-	-	3.778	(307)	(364)	-	(671)	3.107	2.100
12,88	2.345	950	(2)	-	3.293	(193)	(363)	-	(556)	2.737	2.152
17,83	602	41	-	-	643	(56)	(111)	-	(167)	476	546
-	685	120	(206)	-	599	(55)	(118)	37	(136)	463	630
	6.039	2.482	(208)	-	8.313	(611)	(956)	37	(1.530)	6.783	5.428

Hardwares
Maquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Imobilizado em andamento

Taxas médias anuais de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
17,7	641	1.766	2.407	(38)	(269)	(307)	2.100	603	603
10,9	832	1.513	2.345	(20)	(173)	(193)	2.152	812	812
9,2	437	165	602	(8)	(48)	(56)	546	429	429
-	13	672	685	-	(55)	(55)	630	13	13
	1.923	4.116	6.039	(66)	(545)	(611)	5.428	1.857	1.857

Hardwares
Maquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

Notas Explicativas

9. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.			
Contrato de concessão (i)	111.261	12.246	-	81.045	204.552	(4.406)	-	-	(10.281)	194.271	106.855
Intangível em andamento (iii)	19.849	67.615	-	(81.045)	6.419	-	-	-	-	6.419	19.849
Softwares de terceiros	1.386	343	(54)	-	1.675	(259)	-	-	(571)	1.104	1.127
	132.496	80.204	(54)	-	212.646	(4.665)	(6.187)	-	(10.852)	201.794	127.831

	Custo				Amortização				Residual		
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.			
Contrato de concessão (ii)	91.849	14.114	(52)	5.350	111.261	(1.343)	-	-	(4.406)	106.855	90.506
Intangível em andamento (iii)	1.497	24.004	(302)	(5.350)	19.849	-	-	-	-	19.849	1.497
Softwares de terceiros	757	629	-	-	1.386	(34)	-	-	(259)	1.127	723
	94.103	38.747	(354)	-	132.496	(1.377)	(3.286)	-	(4.665)	127.831	92.726

(i) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. Em 31 de dezembro de 2017 esse percentual é de 3,0% (2,9% em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura investida na ponte e alças de acesso.

(iii) Os principais valores concentram-se nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“ impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data de balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017	31/12/2017
Provisão para férias e encargos de diretores	121	133	(18)	236	115
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	8	11	(16)	3	(5)
Provisão para perdas cíveis	9	23	(27)	5	(4)
Amortização Provisão Construção	1.264	2.428	(1.379)	2.313	1.049
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	1.402	2.595	(1.440)	2.557	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					1.155

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	356	383
2018	463	255
2019	463	255
2020	463	255
2021 a 2026	812	254
	<u>2.557</u>	<u>1.402</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.428	63.486
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(19.186)	(21.585)
Juros sobre capital próprio	2.988	2.177
Gratificações diretores	(142)	(202)
Despesas indedutíveis	(5)	(3)
Outros	(1.672)	(14)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(18.017)</u>	<u>(19.627)</u>
Despesa do imposto de renda e contribuição social corrente	(19.172)	(20.542)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferido	1.155	915
Taxa efetiva	32,0%	30,9%

11. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2017	31/12/2016
Finem BNDES	Agosto de 2032	TJLP+3,48% a.a.	49.275	-
			<u>49.275</u>	-
Circulante			1.882	-
Não circulante			47.393	-

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	-	-
2019	1.888	-
2020	2.049	-
2021	2.251	-
Posteriores a 2021	41.205	-
	47.393	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial do exercício	-	-
Adições	49.058	-
Encargos financeiros	217	-
Pagamento principal	-	-
Juros pagos	-	-
Saldo final do exercício	49.275	-

Garantia Penhor de ações da EcoRodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a EcoPonte titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela EcoRodovias.

Índices financeiros exigidos (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2017, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros EcoPonte BNDES	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) PL/passivo total	> 20%	54,8%
(ii) Cobertura da dívida**	> 1,30	n.m
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	0,11

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

(**) ICSD não apurado, conforme cláusula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Jan/19).

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	107.466	51.719	-	177 mensais
b	177.920	-	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
Total	417.000	51.719	-	

12. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Notas Explicativas

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo	Resultado	
		Não circulante Intangível	Circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	384	3.630	1.275
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (b)	Outras partes relacionadas	48.188	-	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda (c)	Outras partes relacionadas	162	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017		48.350	384	3.630	1.275
Total em 31 de dezembro de 2016		-	2.549	2.773	1.825

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$9.503, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017, há um saldo em aberto de R\$384 (R\$204 em 31 de dezembro de 2016).

(b) A CR Almeida S.A. Engenharia de obras, presta serviços de execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário. O preço global firmado é de R\$55.300. O prazo de execução desses serviços é em 09 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.

(c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., presta serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 não há saldos em aberto a pagar de serviços já incorridos.

Notas Explicativas

Remuneração de administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica “ Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.718.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2018, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.808, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude da valorização das ações da EcoRodovias, base para o pagamento da remuneração baseada em ações (*Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock*).

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.059	1.074
Plano de opção baseada em ações	35	54
Previdência privada	59	57
Remuneração baseada ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	325	151
Assistência médica	54	-
Seguro de vida	2	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	274	-
	<u>1.808</u>	<u>1.336</u>

13. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Verba de fiscalização - ANTT	<u>269</u>	<u>258</u>

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser paga o título de fiscalização o valor mensal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$269.

A movimentação está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	258	236
Custo (vide Nota Explicativa nº 18)	3.171	2.988
Pagamento	(3.160)	(2.966)
Saldo no fim do exercício	269	258

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2017, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	31/12/2017	31/12/2016
Melhorias na infraestrutura	611.686	725.679
Conservação especial (manutenção)	417.870	439.444
Equipamentos	86.332	93.520
	1.115.888	1.258.643

14. Provisão para construção de obras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,5% a.a.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Realização da construção	(25.140)	(11.455)	-	(36.595)
Ajuste a valor presente - realizações	1.995	-	4.659	6.654
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
	62.435	(11.455)	4.659	55.639
Circulante	31.443			50.887
Não circulante	30.992			4.752

	31/12/2015	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Realização da construção	-	(25.140)	-	(25.140)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	1.995	1.995
Efeito de valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
	85.580	(25.140)	1.995	62.435
Circulante	36.546			31.443
Não circulante	49.034			30.992

Notas Explicativas**15. Provisão para manutenção**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 9,5% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016	Adições	Baixas	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção	3.177	10.103	-	-	13.280
Efeito de valor presente sobre a constituição	(746)	(1.391)	-	-	(2.137)
Realização de manutenção	-	-	(5.120)	-	(5.120)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	-	387	387
	2.431	8.712	(5.120)	387	6.410
Não circulante	2.431				6.410

	31/12/2015	Adição	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	-	3.177	3.177
Efeito de valor presente sobre a constituição	-	(746)	(746)
	-	2.431	2.431
Não circulante	-		2.431

16. Provisão para perdas cíveis e trabalhistasPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	26	-	26
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(22)	-	(22)
(-) Pagamentos	-	-	-
(+) Atualização monetária	12	-	12
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16	-	16

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	-	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	52	7	59
(-) Pagamentos	(29)	(7)	(36)
(+) Atualização monetária	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2016	26	-	26

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$2.759 (R\$1.295 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017 existem processos de natureza trabalhista, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$1.695 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$120.000, representado por 120.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de maio de 2016, foi integralizado a parcela restante de R\$36.000.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo é de R\$5.273 (R\$3.351 em 31 de dezembro de 2016).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 13.474, refere-se a R\$217 saldo de dividendos remanescentes de 2016, já aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2017, R\$9.539 dividendos intermediários do exercício de 2017 e R\$8.787 (dos R\$8.787 contabilizados) a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2017. O saldo de R\$ 5.530 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

O cálculo dos dividendos é como segue:

Notas Explicativas

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido	38.411	43.859
Reserva legal – 5%	(1.922)	(2.193)
	36.489	41.666
Proposta da Administração:		
Dividendos intermediários pagos	(9.539)	(35.021)
Juros sobre capital próprio	(8.787)	(6.404)
Dividendos adicionais propostos (*)	(18.163)	(241)

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

18. Receita líquidaPolítica contábil*Receitas*

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- b) Referem-se a arrendamento de área para fibra ótica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	66.427	57.228
Pedágio eletrônico (a)	54.730	53.945
Vale pedágio	650	681
Outros	2	3
	121.809	111.857
Receitas acessórias (b)	9.413	2.443
Receita de construção	95.546	60.430
Receita bruta	226.768	174.730
Deduções sobre a receita bruta (c)	(12.920)	(9.847)
Receita líquida	213.848	164.883
	31/12/2017	31/12/2016
Base de cálculo de impostos:		
Receitas com arrecadação de pedágio	121.809	111.857
Receitas acessórias	9.413	2.443
	131.222	114.300
Deduções:		
COFINS (3%)	(3.937)	(3.429)
PIS (0,65%)	(853)	(743)
ISS (2% a 5%)	(6.142)	(5.675)
Abatimentos	(1.988)	-
	(12.920)	(9.847)

Notas Explicativas**19. Custos e despesas operacionais - por natureza**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal	16.535	16.170
Conservação e manutenção	4.816	4.779
Serviços de terceiros (*)	11.389	10.827
Seguros	2.255	2.982
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº12)	3.171	2.988
Locação de imóveis e máquinas	253	710
Depreciações e amortizações (Vide Notas Explicativas nº7 e nº8)	7.143	3.833
Custo de construção de obras	95.546	60.430
Provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº14)	8.712	2.431
Outros custos e despesas operacionais	4.108	4.608
	<u>153.928</u>	<u>109.758</u>
Classificados como		
Custo dos serviços prestados	142.352	96.713
Despesas gerais e administrativas	11.576	13.045
	<u>153.928</u>	<u>109.758</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.990	10.969
Outras	2	48
	<u>2.992</u>	<u>11.017</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(195)	-
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	(22)	-
Ajuste a valor presente – provisão para construção de obras	(5.046)	(1.995)
Outras	(1.231)	(598)
	<u>(6.494)</u>	<u>(2.593)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(3.502)</u>	<u>8.424</u>

21. Lucro por ação**a) Lucro básico por ação**

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	38.411	43.859
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	120.000	120.000
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,32</u>	<u>0,37</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois, o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	49.544	258
Caixa e equivalentes de caixa	(53.364)	(63.086)
Dívida líquida	(3.820)	(62.828)
Patrimônio líquido (ii)	143.599	123.695
Índice de endividamento líquido	(0,03)	(0,51)

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11 e 13.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 96,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2016 era 100,7% do CDI).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- As obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Notas Explicativas

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	5.528	5.528
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	7.237	7.237
Aplicações financeiras (b)	Empréstimos e recebíveis	47.836	47.836
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	5.022	5.022
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	49.275	49.275
Obrigações com Poder Concedente (c)	Outros passivos financeiros	269	269
<i>Phantom Stock Option</i> (d)	Outros passivos financeiros	382	382

(a) Os saldos das rubricas de “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos e financiamentos e obrigações com o poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) O valor do *phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias

Notas Explicativas

de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$4.468 (R\$6.389 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES – Ecofonte	TJLP + 3,48%	6.412	6.399	6.399	74.658

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	2.472	1.854	1.236
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	Alta da TJLP	(4.645)	(5.806)	(6.967)
		(2.173)	(3.952)	(5.731)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	6,80%	5,10%	3,40%
TJLP (b)	7,00%	8,75%	10,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Niterói – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 8 e 12.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão e (iv) inspeção física, em base amostral, das obras realizadas. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital social e transações operacionais, como a prestação de serviços de construção e manutenção rodoviárias, entre outros. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na nota explicativa 11.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido a representatividade de transações com partes relacionadas, à possibilidade de que essas transações sejam acordadas ou registradas por valores inadequados aos estabelecidos pela Companhia, fora do período de competência, ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia, principalmente nas prestações de serviços para construções de ativos.

Como nossa auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessas transações incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações incorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia; e (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas registradas da Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2018.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Alberto Luiz Lodi

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores